

A ARQUITETURA MILITAR NO ALGARVE. UM PATRIMÓNIO EM BUSCA DE VALORIZAÇÃO

Natércia Magalhães



1.- A arquitetura militar no Algarve.

A arquitetura militar é uma área do património extremamente atrativa devido à linguagem minimalista das estruturas fortificadas. Tudo é racional, tudo faz sentido, tudo é construído de forma a conseguir que a fortificação seja um campo de batalha em que o defensor usufrui de uma clara vantagem.

Se os castelos medievais do Algarve têm uma identidade própria no contexto dos castelos portugueses, paralelamente as fortalezas modernas algarvias, ou seja as estruturas que se caracterizam pela presença dos baluartes, têm também aspetos construtivos associados a condicionantes operacionais impostas, quer pela geografia, quer pela economia regionais. Condicionantes essas que estabelecem fatores de caracterização que são muito subtis e estão mais facilmente ao alcance dos especialistas do que de quem, numa visita, procura usufruir essas estruturas.

Curiosamente as fortificações modernas, no Algarve, mesmo divergindo no seu traçado e na conceção do modelo, todas tem em comum serem fortificações marítimas ou fluviais.

A introdução em Portugal da edificação militar adaptada à revolução da pirobalística foi lenta, e, no Algarve, está associada ao reinado D. Manuel I e às obras de alargamento da Cerca de Lagos.

É a partir do segundo quartel do século XVI, que o sistema abaluartado, no qual imperava o baluarte poligonal baseado no estudo matemático, em planta e no terreno, quer do tiro flanqueante, paralelo à muralha, quer do fogo cruzado para proteção mútua entre quaisquer dois pontos do mesmo perímetro, tudo domina na arte de fortificar. Com João III, na sequência da campanha de obras de Mazagão (1541), a arte de fortificar fica completamente estabelecida em Portugal e chega, ao Algarve, com o projeto do Forte do Rato e os seus cinco baluartes, dois a norte e três na frente mar (projeto que nunca se concluiu na sua totalidade).

Para o cidadão comum que quer aproximar-se do património militar e através dele quer compreender não só a geografia, a economia, a história, como a arte militar de construção, os pequenos detalhes são muitas vezes os elementos chave da iniciação.

Cabe aos investigadores, aos professores, aos guias de turismo e a todos aqueles que se dedicam à divulgação dos bens culturais salientar esses aspetos que definem muitas vezes fortes traços de identidade.

Um pequeno exemplo, fascinante para a compreensão dos castelos algarvios, tem a ver com os nomes das portas, tendo o Algarve sido um reino, à parte, referido nos atributos do rei de Portugal, é a única parcela do atual território português com uma diferenciação clara na designação das portas. Ao contrário do que era corrente em que a porta tinha o nome do destino, ou seja da terra a que estava orientada, no caso algarvio, todas as portas orientadas a norte, recebem a mesma nomenclatura "Porta de Portugal".

O mesmo aconteceu com as cercas urbanas, mesmo as construídas no período moderno, como é o caso, em Lagos, dum troço no lado norte, onde se localizava uma porta (de Portugal) destruída, no início do século xx, por razões de necessidade de expansão do casco urbano, que persiste exclusivamente na toponímia da cidade.

E já agora a talhe de foice, saliente-se que os baluartes de Lagos tem notoriedade reconhecida a nível mundial e interessam aos especialistas porque, devido ao formato dos bastiões, prenunciam um passo na adaptação à configuração dos futuros baluartes poligonais, plenamente modernos.

Mas hoje maioritariamente, quer castelos, quer fortalezas são, em grande parte, "esqueletos" que perderam a essencialidade que lhes deu vida: os

homens e as atividades, que em tempo próprio, aí se desenvolveram como prioritárias.

Hoje, no Algarve, a sua imagem, no caso dos castelos rurais, parece resumir-se ao remanescente de muralhas e torres (por exemplo: o Castelo de Salir ou o Castelo de Paderne); ou no caso dos castelos e cercas citadinos, a resíduos assimilados pela estrutura urbana que, quase sempre, cresceu e os absorveu sem remissão, ou os destruiu em grandes extensões (por exemplo: Loulé, Tavira, Faro, Portimão); no caso das fortificações abaluartadas, estas são, muitas vezes ou ruínas (por exemplo: Forte de São António/Tavira, Forte de São Luís de Almádena/Vila do Bispo, Forte de São Roque ou da Meia Praia/Lagos, Forte de N.^a Senhora da Guia da Baleeira/Sagres), ou invólucros convertidos a funções de lazer e turismo: esplanadas, cafés-restaurantes, unidades de exploração hoteleira, habitações particulares (por exemplo: Fortaleza de Santo António de Pera/Armação de Pera, Fortaleza de N.^a Senhora da Encarnação/Carvoeiro, Fortaleza de Santa Catarina/Praia da Rocha, Fortaleza da Senhora da Luz /Praia da Luz, Forte de São João da Barra/Cabanas de Tavira, Fortaleza de Santo António do Beliche /Vila do Bispo, Forte de São João do Arade ou Forte do Registo/Ferragudo), na lógica de que o uso de um edifício, ou seja seu “desuso/reuso”, ou melhor a reutilização, ou a alteração de função, são ocorrências normais que se produzem, desde sempre, nas relações de apropriação e vivência de uma comunidade com um qualquer imóvel que perdue, no tempo, ultrapassando a sua funcionalidade primeira, como o demonstra à saciedade a arqueologia.

Outras vezes as fortificações mantêm ainda uma atividade funcional que diríamos “paramilitar” quando albergam, por exemplo, um Posto de Guarda-Fiscal ou outro tipo de comando.

2.- Dois exemplos de valorização do património militar.

Salientam-se, no Algarve, algumas fortificações que estão para além das funções descritas, quer seja pela sua simbologia, pela sua força como lugares de memória, quer seja pela sua monumentalidade ou pelas características da sua implantação. Estas têm em comum um grande afluxo de visitantes, porque estão coletivamente assumidas como um valor patrimonial histórico impar. Dois casos exemplares se salientam, na região, são os da Fortaleza de Sagres e da Fortaleza do Cabo de São Vicente, mais conhecido por Farol do Cabo de São Vicente.

A atratividade da Fortaleza de Sagres, monumento nacional classificado em 1910, está associada à conjugação única de uma multiplicidade de valores que lhe conferem um caráter singular.

A sua atratividade começa na sua localização, em árido e vertiginoso promontório, a pique sobre o mar, continuamente batido pelos ventos; passa pelo simbolismo das lendas (fim do mundo, na época clássica, habitado pelos deuses) e dos mitos a ela associados (Escola dos Mareantes de Sagres de inspiração Henriquina), ou a curiosidades em termos geológicos tais como as variadíssimas galerias subterrâneas que, por vezes, se transformam em “géisers”, ou à especificidade da sua flora endémica, ou ao facto de ser ponto de passagem de aves migratórias.

A sua capacidade de atração ao público em geral, que despontou no século XIX, continua a fazer dele o monumento mais visitado do Algarve, vejam-se os dados mais recentes 2011=264.638; 2012=255.160; 2013=276.052; em 2014, o 1.º semestre registou um aumento de 10,39%.

Recordemos que a intervenção arquitetónica, no espaço interior do recinto fortificado, ocorrida nos anos 90 do século XX, que lhe demarca a atual fisionomia, foi da responsabilidade do IPPAR, decorrendo da execução de projeto do arquiteto João Carreira, correspondendo ao projeto vencedor de dez propostas concorrentes ao 4.º Concurso Público para o monumento ao Infante D. Henrique (1988), destinado ao promontório de Sagres.

À época, o objetivo seria transformar a área construída num centro útil para todo o promontório, pelo que a “obra nova”, a corresponder aos atuais módulos de exposições temporárias, mais lojas, cafetarias, sanitários, serviços administrativos foi implantada no âmbito da reutilização dos antigos edifícios da chamada “Correnteza” que, por sua vez, tinham sido reaproveitados, numa obra do Estado Novo, para instalação de uma Pousada da Juventude.

A intervenção do IPPAR, que se arrastou durante anos, reavivou a polémica em torno do lugar e demonstrou que a carga mítica a ele associada, desde há muito, se mantinha intacta, potenciando o lado mais emocional e obscuro da nossa memória coletiva.

Perante a degradação das estruturas, contingência reforçada pelas particulares condições climatéricas adversas do local, a Direção Regional de Cultura do Algarve iniciou, em 2009, um novo Programa de Requalificação e Valorização, não só da Fortaleza, mas de todo o Promontório de Sagres.

A 1.^a fase do programa com um conjunto de intervenções, correspondendo à recuperação do pequeno auditório, à realização de duas exposições temporárias (uma das quais usou todo o vasto cenário do promontório), ao recalçamento dos percursos de visita, a nova sinalética explicativa, à instalação de painéis solares e à iluminação cenográfica da rosa dos ventos, fica concluída através da empreitada de Reabilitação das Muralhas e Execução da Iluminação Cénica da Fortaleza de Sagres, consignada no dia 26 de maio de 2014, à empresa PLANIREST, Construções, Lda., com um valor total de 635.632,42€.

O âmbito desta última empreitada está associado à conservação dos diferentes elementos constituintes da fortaleza propriamente dita (esta é uma estrutura que data do século XVIII), para restituir-lhes uma digna imagem, atacando a degradação dos baluartes e da cortina.

Para além deste objetivo principal de reabilitação dos revestimentos dos panos da muralha setecentista, há ainda a conservação do portal da frontaria e do relógio de sol, a reabilitação dos revestimentos exteriores e interiores da Igreja de Nossa Senhora da Graça, a conservação dos canhões, a substituição dos carros de apoio dos canhões, a reabilitação do pavimento nas áreas das baterias e a iluminação cénica do monumento.

Em síntese, a Requalificação e Valorização do Promontório de Sagres, está integrada numa intervenção de fundo que pretende tirar partido das múltiplas potencialidades do conjunto. Teve um investimento total, na 1.^a fase, de 3.999.399€ e contou com o apoio financeiro do Programa de Intervenção do Turismo (PIT) do Turismo de Portugal e dos programas PIPITAL e QREN do POAlgarve 21.

Para a 2.^a fase, que engloba um investimento cerca de 3,9 milhões de euros, estão previstas as empreitadas que correspondem à obra do Centro Expositivo da Fortaleza de Sagres (o edifício isolado, com a maior volumetria do sítio, construído nos anos 90) e à adjudicação da execução do programa de museografia que não só explicará o sítio, como desenvolverá o tema dos descobrimentos portugueses na perspetiva do primeiro processo de globalização mundial. As diferentes salas e núcleos que compõem o percurso expositivo, para além de peças em exibição (quer na exposição permanente, quer nas temporárias), terão uma intensa utilização de dispositivos de multimédia e de interatividade.

Também nesta fase, o financiamento reparte-se pelo Programa de Intervenção do Turismo de Portugal (PIT) e dos programas PIPITAL e QREN, do POAlgarve 21.

Quanto à Fortaleza do Cabo de São Vicente, quero ressaltar que totalmente foi varrida da memória coletiva a importância religiosa deste convento fortificado, ou mesmo a ideia de que foi um convento.

Entre 1444 a 1834, protegido por muralha e disponibilizando, quer primeiro fogueiras, quer posteriormente um farol para apoio à navegação. Esta fortaleza-mosteiro foi até à extinção das ordens religiosas, um importantíssimo centro de culto ao Mártir São Vicente e um local de peregrinação de grande atratividade (veja-se a passagem do monarca D. Sebastião como peregrino).

Estes dois fatores motivaram a atenção e o financiamento régio, muito mais que qualquer outra fortaleza da zona. Regista-se o facto que quando da sua destruição por Francis Drake (1587), em paralelo com o Beliche, Sagres, Baleeira e Muralhas de Lagos, a prioridade de reconstrução é dada as muralhas de Lagos, um centro populacional, e ao convento fortificado, para retorno dos monges e das relíquias.

O forte, classificado como monumento de interesse público, em 1961, está afeto à Marinha Portuguesa que aí mantém um moderno farol para apoio do tráfico marítimo da costa atlântica. Salienta-se a abertura do monumento ao público, com acesso livre. Nele foi implementado e um pólo museológico visitável, mediante pagamento, que ocupa a área referida como “Casa da Muralha” (são as casamatas anexas à muralha defensiva);

O núcleo museológico é composto por três salas: Sala 1: “Mitos, Lendas e Religião”, abordagem do carácter mítico e religioso do local, centrada sobre o culto vicentino; Sala 2: “Lugar Estratégico”, abordagem à importância estratégica do local, sobretudo na época dos Descobrimentos, centra-se essencialmente na temática da construção naval, da cartografia, e da navegação astronómica; Sala 3: “O Farol”, abordagem à evolução do alumiar do litoral português e à história do Farol do Cabo de São Vicente ou seja desenvolve-se aqui a temática dos faróis e a sua evolução tanto na generalidade, como no próprio farol.

Existe ainda uma pequena sala multimédia, uma loja de recordações, com artigos relacionados com as temáticas expostas, um bar interior e uma esplanada com serviço de bar donde se pode contemplar o horizonte oceânico. Foram criadas condições de acesso a pessoas com mobilidade reduzida.

Estes dois fortes com as suas infraestruturas de acolhimento e de exposições, e uma contínua atenção à edificação militar propriamente dita, representam bons exemplos, na região algarvia, de um correto aproveitamento dos recursos patrimoniais, para fins educacionais, sociais, económicos e turísticos.

3.- O tempo da reabilitação da muralha.

Queremos novamente reforçar a ideia que, hoje, é difícil explicar e recriar a função dos castelos, das cercas ou das fortalezas uma vez que o seu interior, outrora denso e animado, ruidoso e movimentado, produto de vivências e práticas, adaptadas a modos de vida e tempos históricos específicos, em paralelo com evolução do armamento, só encontram valorização no uso que lhes soubermos dar.

Torna-se imperativo, para a assunção da sua “aura” de valor histórico, da sua monumentalidade absoluta ou do seu carácter como “escultura” da paisagem, divulgar junto de um público interessado, e não somente do público especializado, este património que nos foi legado e que, em grande parte, chegou até nós, escapando quer a destruições não voluntárias, quer às escolhas conscientes dos homens que nos antecederam.

Em comum, apesar de em tempos diferenciados, castelos e fortalezas, e para a maioria de nós, as já irreconhecíveis cercas urbanas (de quando era impensável haver um espaço urbanizado sem uma muralha protetora, cujas portas se encerravam ao fim do dia) ordenaram, criaram o espaço urbanizado e estruturaram o território. Essa significação (função) segue vigente, posto que a sua presença e influência permanecem. Porém, uma outra questão é a de que sejamos conscientes desse facto ou que aceitemos admiti-lo.

A valorização de toda a muralha como obstáculo foi, em muitas ocasiões, a sua perdição: o poder molesta o poder e, com uma marcada presença arquitetónica, as muralhas condicionam demasiado as necessidades de expansão ou estimulam novos projetos de intervenção, ou garantem, quer ao arquiteto quer ao edil, a notoriedade da obra nova e por isso, muitas vezes, tende-se ao esquecimento da racionalidade destas estruturas ou menospreza-se a preponderância do seu valor histórico.

Houve um tempo em que as muralhas significavam a identidade e a segurança de uma população. Hoje em dia, quando já nada podem contra hipotéticos inimigos, as muralhas são, exclusivamente, o símbolo da cultura dos seus cidadãos, espelhando a valorização e o entendimento que lhes atribuem enquanto valor histórico e monumental que são.

Se o passado foi o tempo em que as muralhas se levantavam, se coroavam, se conquistavam, se destruíam, se reerguiam, se restauravam e ganhavam novas tipologias ao adaptarem-se aos progressos militares, hoje em dia, o nosso tempo é o tempo da Reabilitação da Muralha, entendendo “Reabilitação”, em sentido amplo, como fonte de conhecimento, onde o fundamental é a recuperação da memória, feita com base no conhecimento da história local.

Reabilitar uma muralha implica não só reparar a ruína, como proceder à investigação e à transmissão da informação que ela encerra, e também recuperar o seu valor, enquanto símbolo identificativo da coletividade na qual se inserem. Em conclusão, ao assumirmos a muralha como património histórico, atribuímos-lhe significação, tratamento e valorização, quase correspondente ao da peça musealizada, pelo que o nosso objetivo deverá ser o de a perpetuar na sua integridade e autenticidade, promovendo a sua valorização, continuação e conhecimento.

Desde meados do século XIX as muralhas, nas diferentes tipologias Castelos, Cercas Urbanas ou Fortalezas, passaram a ser encaradas como elementos de um importante valor remunerativo e como marcas monumentais de grande expressividade retórica.

Em grande parte, no século XX, passaram a estar protegidas por via administrativa, correntemente referimo-nos, em Portugal, a essa proteção sob o nome genérico de classificação, o que implica a criação de uma servidão administrativa cultural ao imóvel e conseqüentemente o acompanhamento de todo e qualquer tipo de intervenção ou obra por parte das entidades da tutela do património cultural.

Conceitos, competências, atribuições e procedimentos estabelecidos na jurisdição portuguesa, ao momento, nos termos da Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro (Lei do Património Cultural), do Decreto-Lei n.º 309/2009 de 23 de outubro, do Decreto-Lei n.º 205/88 de 16 de junho e do Decreto-Lei n.º 140/2009 de 15 de junho.

No século XXI, as muralhas são plenamente entendidas como pólos de dinamização da interação cultural, educativa e social, com uma forte componente de dinamização turística.

Assim, a conservação, a recuperação, a reabilitação das muralhas constituíram-se para os estados modernos e democráticos e também para os estados de cariz totalitário, em suma para todos, como tarefas prioritárias da ação cultural, na área do património histórico imóvel.

No nosso caso e de outras sociedades democráticas, um obstáculo se coloca, o mesmo corresponde ao facto da propriedade desse património ser variada e repartida.

No caso concreto de Portugal, e conseqüentemente no Algarve, verificam-se situações em que os monumentos são propriedade do Estado (uns geridos pela administração do património cultural por afetação; outros geridos por entidades militares e afetos ao Ministério da Defesa (Marinha e Exército)

ou à Guarda-Fiscal; outros cedidos a autarquias e geridos por estas; outros cedidos e geridos por entidades de utilidade pública; outras situações em que são de domínio público municipal; há situações em que são propriedade privada; outras ainda em que a sua propriedade é difusa ou partilhada entre entidades estatais e privados.

Acresce que a recuperação destes monumentos também não é tarefa fácil, são muitos, estão dispersos pelo espaço, requerem e carecem, para a elaboração de projetos de intervenção e requalificação, de conhecimentos aprofundados sobre tecnologias e materiais que, por vezes não se integram nas práticas do presente. Tome-se por exemplo a experiência da conservação de uma muralha de taipa, para percebermos como o saber livresco, fica ultrapassado em obra.

E por último, coloca-se a questão dos custos associados às intervenções de recuperação o que implica buscar financiamentos avultados que muitas vezes são difíceis de concretizar.

4.- Intervenções Prioritárias no Algarve (PRIPALG).

De momento o Algarve é a única região de país a dispor de um Plano de Levantamento de Conservação e Restauro do Património Militar, integrado no âmbito de um plano mais vasto, designado por PRIPALG (Plano Regional de Intervenções Prioritárias do Algarve), programa existente desde 2010.

Os dados do PRIPALG estão disponíveis publicamente, no site da Direção Regional de Cultura do Algarve, no endereço <http://www.cultalg.pt/PRIPAlg/>. A evolução do programa pode ser aí acompanhada devido à sua atualização anual.

Ao consultar-se a página eletrónica, percebemos o conjunto dos imóveis e obras que integram o mapa de intervenções propostas, exclusivamente no âmbito do património militar, será necessário encontrar financiamento no valor total de 6 339 500,00 Euros.

Os quantitativos estabelecidos como necessários às intervenções em cada imóvel, sempre que este não esteja sobre a tutela da Direção Regional de Cultura do Algarve, foram estabelecidos pelos municípios da área competente.

Passamos a referir imóveis do património militar, em ordem alfabética de concelho, que requerem, nos termos do referido levantamento, intervenções para requalificação ou para conservação e restauro:

Concelho de Albufeira - Castelo de Paderne (monumento de interesse público; Decreto n.º 516/71, DG n.º 274, de 22-11-1971). Pertence ao estado e

está afeto à Direção Regional de Cultura do Algarve, mas protocolado desde de 2011, com a Câmara Municipal de Albufeira, para a gestão corrente das visitas turísticas e pedagógicas, não só por razões logísticas de proximidade ao monumento, como pela capacidade dos serviços disponibilizados pelo Museu Municipal de Arqueologia de Albufeira.

Concelho de Alcoutim - Castelo Velho de Alcoutim (monumento de interesse público; Decreto n.º 67/97, DR, I Série-B, n.º 301, de 31-12-1997). Pertence ao Município.

Concelho de Aljezur - Castelo de Aljezur (monumento de interesse público; Decreto n.º 129/77, DR n.º 226, de 29-09-1977). Pertence ao Estado / Afeto à Direção Regional de Cultura do Algarve.

Concelho de Castro Marim - Castelo de Castro Marim (monumento nacional, Decreto de 16-06-1910, DG n.º 136, de 23-06-1910). Pertence ao estado e está concessionado ao Município.

Concelho de Faro – a) Fortaleza de Faro (monumento de interesse público, Decreto n.º 45/93, DR n.º 280, de 30-11-1993). Pertence: Estado, ao município e a privados; b) Muralha seiscentista de Faro ou Cerca Seiscentista (monumento de interesse público, Decreto n.º 67/97, DR, I Série-B, n.º 301, de 31-12-1997). Pertence ao Município.

Concelho de Lagos - Muralhas e Torreões de Lagos (monumento nacional, Decreto n.º 9 842, DG n.º 137, de 20-06-1924). Pertence ao Estado e a privados.

Concelho de Lagoa - Forte e Capela da Senhora da Rocha (monumento de interesse público; Decreto n.º 45 327, DG, 1.ª série, n.º 251 de 25 outubro 1963. Pertence ao estado.

Concelho de Loulé - Castelo de Loulé (monumento nacional, Decreto n.º 9 842, DG, I Série, n.º 137, de 20-06-1924). Pertence ao Estado /afeto à DRCAlg, mas é gerido, há muitos anos e com excelentes resultados pelo Município. Curiosamente regista-se que não há protocolo de concessão.

Concelho de Portimão - Muralhas de Portimão (monumento de interesse público) - Decreto n.º 45/93, DR, 1.ª série-B, n.º 280 de 30-11- 1993). Pertence: Estado e a privados.

Concelho de Silves - Muralhas da Almedina de Silves (monumento nacional, Decreto n.º 31-C/2012, DR, 1.ª série, n.º 252, de 31-12- 2012). Pertence ao Estado e a privados.

Castelo de Alcantarilha (monumento de interesse público, Decreto n.º 129 / 77, DR, 1.ª série, n.º 226 de 29-09-1977). Pertence a privados.

Concelho de Tavira – a) Muralhas do Castelo de Tavira (monumento nacional, Decreto n.º 29 604, DG n.º 112, de 16-05-1939). Pertence ao Estado e a privados; b) Forte de Santo António de Tavira ou Forte do Rato ou Forte da Ilha das Lebres (monumento de interesse público, Decreto n.º 8/83, DR, I.ª Série, n.º 19, de 24-01-1983). Pertence ao Estado

Concelho de Vila do Bispo - Forte de São Luís de Almádena (monumento de interesse público, Decreto n.º 735/74, DG n.º 297, de 21-12-1974). Pertence ao Estado e ao município.

Vila Real de Santo António (Cacela Velha) / Fortaleza de Cacela e Muralha Sul (integradas no conjunto de interesse público denominado Núcleo de Cacela-Velha, Decreto n.º 2/96, DR, I Série- B, n.º 56, de 6-03-1996). Pertence ao estado, nele funciona um posto da Guarda-Fiscal.

Numa consulta ao PRIPALG, encontrará, on-line, relativamente a cada um dos imóveis indicados, as ações a executar, bem como as prioridades e os valores de custo.

5.- Conclusão.

Em conclusão, felizmente perduraram, no Algarve, variados exemplares de muralhas medievais, na maioria das vezes sobrevivendo no traçado das cidades e vilas, outras vezes integrando-se nas edificações, outras identificando-se pelos seus alicerces, e outras, ainda, reconhecendo-se na toponímia das ruas e das praças ou nos percursos por onde os caminhos nos conduzem.

A revolução da pirobalística (artilharia de fogo da Idade Moderna) tornou obsoletas as primeiras, e impôs as fortalezas abaluartadas, com os seus baluartes poligonais, que se só instalaram em face ao mar ou ao rio Guadiana.

Estas estruturas preferencialmente desempenharam um papel de defesa territorial ou enquadramento da exploração das atividades económicas; correspondendo ao controle das barras de acesso aos centros populacionais marítimos ou fluviais, à proteção das grandes áreas de pesca com armações, ao controle do contrabando, em particular o proveniente das possessões ultramarinas e igualmente cuidaram da vigilância dos ataques sazonais, provenientes do norte de África, estes igualmente associados às atalaias de vigia da costa.

Porque dedicadas exclusivamente à defesa da linha de fronteira do Guadiana, exceptuam deste enquadramento as estruturas abaluartadas de Castro Marim e Alcoutim, criadas no âmbito da Guerra da Restauração, para oposição a um poder estatal inimigo, passível de promover a uma invasão militar.

As estruturas modernas abaluartadas destinavam-se também a prevalecer na paisagem como sinais de poder e pólos de regramento, pelo que são também marcas de construção do território, ou símbolos da imposição de uma presença e de uma ocupação.

Por questões de presença, compare-se a cota partes das intervenções do estado português, com a cota parte das intervenções filipinas, no Algarve, estas durante o período da União Ibérica. Desde o século XV, o ato em si de “fazer fortaleza”, como os cronistas portugueses obsessivamente referiam, era um sinal de prestígio político e de soberania sobre um território que, há época, muitas vezes, estava longínquo do centro decisor.

Prestígio e soberania que hoje seguem vigentes, num modelo de cidadania consciente, partilhada e apostando na valorização dos monumentos que marcam a paisagem e coletivamente são entendidas como pólos de dinamização da interação cultural, educativa e social, e recursos para uma forte componente de dinamização turística, nos quais nos importa intervir recuperando a plenitude da sua memória histórica.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, Luís de. “Sagres, Escola de”, in Dicionário de História de Portugal, dir. Joel Serrão, vol3, Lisboa, 1968.

ALMEIDA, João de. Roteiro dos monumentos militares Portugueses, Vol. III, Lisboa, 1948.

BARROCA, Mário Jorge. Tempos de resistência e de inovação: a arquitetura militar portuguesa no reinado de D. Manuel I (1495-1521). Portugália, Porto 24, 2003.

CORREIA, Fernando C. Calapez . A Cidade e o Termo de Lagos no Período dos reis Filipes, ed. Centro de Estudos Gil Eanes, Lagos, 1994;

FARO, Frei João de. Notícias geraes e particulares da Província da Piedade. Da regular observancia de N^o P. S. Francisco, Fragmento Académico s. ed., s.l., 1721.

FREITAS, Jordão de. A vila e fortaleza de Sagres nos séculos XV a XVIII. Coimbra Editora, Coimbra, 1938.

GOMES, Mário Varela e SILVA, Carlos Tavares da. Levantamento Arqueológico do Algarve - Concelho de Vila do Bispo, ed. Delegação Regional do Sul da Secretaria de Estado da Cultura, Faro, 1987.

GUEDES, Lívio da Costa. Aspetos do Reino do Algarve nos Séculos XVI e XVII: A Descrição de Alexandre Massai (1621), Arquivo Histórico Militar Lisboa, 1988.

GUERREIRO, Manuel Viegas e M. V., MAGALHÃES. "Duas Descrições do Algarve do séc. XVI", Cadernos da Revista de História Económica e Social, n.º 3, Sá da Costa Editora, Lisboa, 1983.

IRIA, Alberto . "Os Arquivos Municipais do Algarve e a Academia Real de História Portugueses (1729/1732) , in Anais das Bibliotecas e Arquivos, V. XIX, n.º73 e 74, 1947.

LOPES, João Batista da Silva. Memórias para a história ecclesiastica do Bispado do Algarve, Typ. da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Lisboa, 1848.

LOUREIRO, Francisco Sales. Uma Jornada ao Alentejo e ao Algarve, Livros Horizonte, Lisboa, 1984.

MAGALHÃES, Natércia. Algarve - Castelos, Cercas e Fortalezas. As Muralhas como Património Histórico, Letras Várias, Lisboa, 2008.

MATOS, António Perestrelo de. "Moçárabe em peregrinação a S. Vicente: de Mértola ao Cabo de S. Vicente (integrado em sete itinerários medievais), Editorial Caminus, Lisboa, 1990.

MONFORTE, Frei Manuel de. Chronica da Província da Piedade, 2ª edição, ed. Officina de Miguel da Costa, sl., 1751.

PARREIRA, Rui. "Fortalezas Marítimas en el Occidente del Algarve, Portugal" in Poliorcética Fortificación y Plazas Fuertes, Editorial Universidad Politécnica de Valencia, 2005, pp. 279-285.

PEREIRA, Paulo, "As intervenções no património edificado. Alguma história" in Intervenções no Património, 1995-2000, Lisboa, IPPAR, 1997.

Carta dos governadores do Algarve, 1638-1663. Preparação do texto e pref. Alberto Iria, Academia Port. da História, Lisboa,

Dinâmica Defensiva da Costa do Algarve, do período islâmico ao século XVIII, Instituto de Cultura Ibero-atlântica. Coordenação Valdemar Coutinho, Portimão, 2001.

Monumentos de Sagres. Boletim da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, n.º 100, Lisboa, 1960.

Sagres, Mito e Realidade, Edição do IPPAR, Lisboa, 1997.

Fotos



1.- Promontório de Sagres. Autor Abílio Leitão/ Arquivo DRCAlg.



2.- Fortaleza de Sagres, baluartes setecentistas. Autor Abílio Leitão/ Arquivo DRCAlg.



3.- Cabo de São Vicente, torreão e muralha do lado sul. Autor Natércia Magalhães



4.- Cabo de São Vicente, farol e estruturas do antigo mosteiro. Autor Natércia Magalhães